



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

69ª Reunião Ordinária do CNDI

Data: 28 de maio de 2014

Brasília/DF

Resumo Executivo

Presentes no início da reunião:

Conselheiros Governamentais	Conselheiros da Sociedade Civil
01- Gabriel dos Santos Rocha (SDH) 03- Jefferson Aparecido Dias (PFDC/ MPF/SP) 04- Antonio Lídio de Mattos Zambon (MEC) 05- Laura Berdine Santos Delamonica (MRE) 06- Neusa Pivatto Müller(Coord.Geral Polít.Idoso) 07-Evandro Macedo (MPOG) 08- Antonio Lídio de Mattos Zambon (MEC) 09-Maria Cristina C. A. Lobo (MS) 10- Laura Berdine Santos Delamonica (MRE) Estrutura: 01- Ana Lúcia da Silva (Coord. Geral CNDI) 02- Lúcia Rosa Gomes (CNDI)	01- Irmã Terezinha Tortelle (Pastoral Pessoa Idosa) 02- Joana de Oliveira Scerne (ABRAZ) 03- Jussara Rauth (SBGG) 04-Yelena de Fátima Monteiro de Araújo (AMPID) 05-Adriana Zorub Fone Feal (OAB) 06- Emidio Rebelo Filho (OAB) 07- Luiz Legnani (COBAP) 08- Valdenora da Cruz Rodrigues (MORHAN) 09- Maria Lúcia Santos de Moura (CONTAG) 10-Marília Celina Felício Fragoso (ANG) 11- Sebastião Luiz Amorim (AMB) 12- Rita de Cassia G, Martorelli (SESC) 13- Freddy Alejandro S. Nunes (ANADEP) Convidados: 01- Jefferson Aparecido Dias (PFDC/ MPF/SP) 02- -Raquel Ribeiro (PFDC/MPF/DF)

1) **O Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI** Gabriel dos Santos Rocha abriu a reunião fazendo apresentação e conferência do *quórum*.

Repassou os Pontos da Pauta e em seguida sugeriu que as Conselheiras Jussara Rauth (SBGG) e Joana Scerne (ABRAZ) que participaram da Reunião no caso do Município de Cachoeira do Sul – RS darem depoimento.

2) Sala de situação (ambiente de discussão) Política de Saúde Mental e Política da Pessoa Idosa que foi iniciada na SDH, por sugestão e proposta do Conselho da qual tratamos da política da saúde mental e política da pessoa idosa com base no caso do Município de Cachoeira do Sul – RS.

3) **Presidente do CNDI Biel Rocha** ressalta que este Conselho deve se preocupar com toda esta situação e estar participando. Na realidade trata-se de uma política pública ausente, portanto ineficiente para tratar desta questão. O caso de Cachoeira do Sul aponta isso, e o objetivo da SDH, deste Conselho, devem construir saídas e políticas.

4) **A Conselheira Jussara Rauth (SBGG)** faz todo o relato e histórico com detalhes da situação que trata de um conjunto de Instituições de Atendimento ao Idoso do Município de Cachoeira do Sul – RS, identificado com vários problemas e dificuldades relatando uma situação de violação de direitos.

**** Encaminhamento:**

- Fazer um esforço a partir desta experiência de cachoeira do Sul – RS, sabemos que não é única e que se repercute no Brasil inteiro. Fica-se claro que se deve ter uma ação forte de política que articule serviços de proteção, assistência, com a rede de saúde mental com a política do idoso.

5) A questão da intersetorialidade que se citou na Reunião, parece ser uma questão difícil de fazer vingar esta intersetorialidade, os Gestores, profissionais e áreas podem até ter boa vontade, mas existe uma limitação burocrática imensa no momento de finalização.

**** Encaminhamentos:**

- Tentar construir através desta experiência uma proposta intersetorial, uma política que possa fortalecer estas relações articuladas intersetorialmente entre as diferentes políticas através deste olhar neste viés, a política da saúde mental e a política do idoso.

- Realização de uma Oficina Técnica Nacional, com alguns Agentes Públicos, Privados e representação do Conselho, onde se pudesse também fazer discussão de algumas questões conceituais que parece que é outro viés que interfere bastante na intersectoriedade, nas políticas dos Gestores e Profissionais.

*No dia 30 de julho a temática será também bem debatida, no Encontro nacional de Promotores, Defensores, Delegados, Conselheiros e Gestores da Política em âmbito nacional. Em conversa com o Dr Jeferson que será um dos palestrantes dessa temática, a discussão será conduzida de maneira mais abrangente, de forma a que as Instituições representadas possam juntamente, avançar no processo de uma política pública mais efetiva nesta área.

6) **Neusa Muller - Coordenadora Geral da Política do Idoso:** Fala especificamente sobre Cachoeira do Sul-RS, temos uma agenda de pactuação com o Estado do Rio Grande do Sul, não só em termos de discussão da política, de saber quais são as dificuldades do Estado, nos reuniremos com a Secretária de Direitos Humanos e Justiça, com os Diretores Gerais e Coordenadores da Temática naquele Estado, e ainda oferecer por parte desta Secretaria um conveniamento na área de capacitação relacionadas às questões aqui citadas.

Cita ainda que no Rio Grande do Sul especificamente a realidade tem uma característica talvez mais grave do que o restante do país em algumas questões, principalmente quando se trata da institucionalização da mulher. Tema este que deverá também ser tratado com o MP e o Governo do RGS.

Destaca que é preciso que tenham um envolvimento mais aproximado com essas questões, pois temos observado que há um distanciamento da política do R.G.S. com algumas temáticas principalmente na área de Direitos Humanos.

7) O **Presidente Biel** fala da próxima reunião que é a descentralizada, será realizada no Estado do Rio Grande do Sul, e como ponto de pauta que é o envolvimento de sujeitos locais, militantes, conselheiros, instituições.

****Encaminhamentos:**

- Tem que ter um ponto de pauta sobre este debate, sobre o processo de institucionalização, a forma como está acontecendo, haverá mais elementos após este GT e este espaço dos Gestores Federais que estão acompanhando

isto e estão bem afinados, discutindo, que é o Ministério da Saúde com suas áreas que envolvem a ANVISA, o próprio MDS e a SDH, ou seja, terão mais elementos para contribuir neste debate.

- Encaminhando um dos pontos de pauta na Reunião descentralizada lá no R.G.S., podemos debater este assunto, trazendo novos elementos, novas preocupações.

8) **Dr. Jefferson (PFDC/ MPF/SP)** submete ao Conselho, que um dos grandes problemas que estamos enfrentando é a ausência de regras com relação à Interdição Curatela, Prestação de Contas, pois tem sido muito comum Juízes e Promotores dispensarem até a prestação de contas e não tem limite quanto ao número de curatelados. Existem pessoas com 20, 30, 40, 50, e até 60 curatelados.

Presidente do CNDI Biel Rocha faz encaminhamento de que seja acatada a proposta do Dr Jeferson, na Reunião Ordinária Descentralizada no RGS, dentro dessa temática de construir um debate em torno também das Curatelas. Seria oportuno se o debate também envolvesse estabelecimento de regras para curatelas e se seria possível convidar alguém externo, pois seria muito importante a participação de um Representante do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, porque são os dois órgãos que teriam atribuições para baixar resoluções e dar regras mais claras para Interdição Curatela.

9) **Presidente Biel Rocha** sugere que todos tenham uma cópia do Decreto 8243, que nos interessa bastante, é importante que todos levem para casa e estudar. Seria interessante que a Comissão de Normas já pudesse ter estudado isso, já feito um estudo legal e assim colocar o grupo a par na hora do relato. É importante todos terem uma cópia e na hora da Comissão de Normas discutirmos isso. O Governo Federal instituindo a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social. Há alguns avanços, algumas coisas relacionadas diretamente às questões do Conselho a partir desse Decreto esse Sistema Nacional.

10) **Conselheira Jussara (SBGG)** ressalta que está-se num processo de avaliação de no mínimo vinte (20) anos de Execução de uma Política Nacional, por exemplo, a – Lei 8842 completou 20 anos; o Estatuto do Idoso com 11 (onze) anos. Temos observado que as nossas conferências tem tido um cunho de somatório cumulativo de encaminhamentos. Estamos acumulando deliberações, indicações de políticas e muito pouco tem sido executado.

**** Encaminhamentos feitos pela Conselheira Jussara:**

Propostas para a Reunião Descentralizada

- Encaminhamos neste sentido para reflexão, a ideia é de que pudéssemos pensar nessa questão de avaliar vinte anos de trabalho com as pessoas idosas.
- Sugestão de fazer a abertura da Reunião com uma palestra ou uma conferência proferida por alguém que numa visão mais ampla pudesse nos levar a uma reflexão desses avanços, dessas conquistas, desse estacionar em alguns momentos dos últimos vinte anos no que diz respeito á política do idoso e em seguida nós faríamos um painel, avaliando nessa mesma perspectiva dos avanços e das conquistas, alguns aspectos.
- Ainda outra abordagem, outra área deste Painel seria a Implementação das Políticas, seria a Área de Gestão mesmo, Área de Execução, e assim pudéssemos ter uma representação de um Agente Público ou de um Gestor e assim ter um pouco do relato deste avanço.
- Fazer uma Reunião aberta das cinco comissões do CNDI. A Temática destas Comissões não seria como se estivéssemos em uma Reunião em Brasília tratando das nossas questões do cotidiano, seria mais voltada para o tema mesmo de cada Comissão, para a competência e missão de cada Comissão. Seria mais uma troca de formas de estrutura e funcionamento, que a proposta de uma descentralizada entre Nacional, Estados e Municípios.
- Teremos a plenária do CNDI, aberta onde poderemos assim, pensá-la em dois momentos: - o primeiro com uma temática onde pudéssemos dar voz aos Conselheiros, aos dirigentes institucionais presentes; - O segundo momento, onde tratássemos dos nossos temas, em um ambiente mais restrito. Ficando o terceiro dia de pronto para a nossa plenária.

11) Em reunião anterior, o Conselheiro Carlos Cuenca representante do (MRE), informa que a Convenção Interamericana dos Direitos da Pessoa Idosa ou Direitos de Adultos Maiores para América Latina, esta em andamento e há um esforço do Brasil e de outros países para que as negociações dos temas mais polêmicos possam ser superados.

****Encaminhamentos:**

- O Plenário aprovou anteriormente que na próxima Reunião do CNDI tenha um ponto de pauta sobre o andamento da Convenção Interamericana para a Pessoa Idosa apresentada pela Coordenadora Neusa e o representante do MRE.
- **A Conselheira Jussara (SBGG)** faz a sugestão sobre a questão da área internacional, pensamos que poderia juntamente com um Conselheiro do MRE – Ministério das Relações Exteriores, fazer uma abordagem em Painel, onde pudéssemos avaliar vinte anos de avanço e de conquistas da política do idoso na área internacional. Outra abordagem neste painel seria na área da Judicialização com profissionais do direito, também sobre os avanços e das conquistas que tivemos nestes anos, na área da Judicialização

12) **A Conselheira Yelena Monteiro (AMPID)** solicitou anteriormente constar na pauta da reunião descentralizada de julho a apresentação de levantamento/diagnóstico, pesquisa realizada nos Municípios referentes a pessoa idosa pelo Banco Santander.

13) **Conselheira Jussara (SBGG)** sugere também que no último dia da Reunião no R.G.S., finalizaríamos com a participação do Santander, do Projeto que a Yelena apresentou e que vem defendendo e na nossa descentralizada seria um espaço adequado para poder experimentar esta experiência do Santander junto aos Municípios.

*Pautar na reunião descentralizada de julho a apresentação de levantamento/diagnóstico, pesquisa realizada nos Municípios referentes a pessoa idosa pelo Banco Santander.

14) **Sobre a questão do Empréstimo Consignado** que foi exposta, Pessoas que foram inclusive ludibriadas por quadrilhas que foram formadas. As Instituições Financeiras se prepararam para o empréstimo, mas quem aderiu esta modalidade de empréstimo não foi devidamente orientado, alertado para estas questões todas que estão acontecendo por aí.

****Encaminhamentos:**

- Trazer para discussão neste Conselho a proposta de uma realização de uma Campanha Educativa no Brasil através da nossa rede, constituída de

Conselho, das nossas Instituições parceiras, a campanha educativa de como enfrentar a violência patrimonial, financeira das pessoas idosas, na questão do empréstimo consignado. Não uma campanha contra o empréstimo consignado. Mais de alertar para as pessoas idosas quais são os riscos, quais os problemas.

- Fazer uma Campanha de esclarecimento maior para que as pessoas não fizessem ou tivessem esse endividamento, que é perigoso o que está acontecendo.
- **Dr Jefferson Dias (PF/MPF)** faz um encaminhamento e informa: Há um Grupo de Trabalho que envolve o INSS e o Ministério Público Federal, então estes casos se puderem mandar para o Ministério Público Federal pode ser para a PFDC que chega a PFDC de São Paulo, temos bastante interesse em atuar e lutar, não só nos casos que é legítimo de contratação, tem essa fraude prévia de induzir ao erro ou também nos casos que a fraude é a posterior, existe fraude mesmo.

15) **Ana Lúcia (Coordenadora do CNDI)** expôs que a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça foi acionada, e a Secretária respondendo ao contato, está a disposição para fazer uma Oficina ou vir aqui para conversar com os Conselheiros, mas principalmente, eles têm turma de capacitação e estão dispostos a abrir vagas para algum Conselheiro que se disponha a fazer o curso, pois ele tem um curso de formação, de como fazer toda a preparação para estar disseminando o conhecimento em relação a isso. Então estaremos preparando para as próximas reuniões do Conselho ou a vinda dessa Conselheira aqui ou vermos, pois tem o curso a distância e o curso presencial, vamos pegar maiores informações e estar socializando com vocês.

****Encaminhamentos:**

- Pegar maiores informações e estar socializando acerca do Curso citado acima.
- Que a gente possa estar construindo uma proposta de como seria esta Campanha de enfrentamento, na verdade seria uma Campanha de esclarecimento para que possamos estar enfrentando mais esta violência que às vezes acaba estando naquela listagem do Disque 100 abrangendo a violência patrimonial e financeira é um tema que acaba chegando lá.

- Vamos pensando em algum material escrito, algum folder, alguma coisa para de repente, até pegar carona em julho, já que estamos adiando a Campanha de Enfrentamento a Violência de junho para julho, se de repente ainda a gente conseguiu produzir algum material para julho.
- **Presidente Biel** reafirma sobre as Propostas para elaboração de Material Informativo, Educativo para circular no Brasil afora. Veremos como vai produzir isso. Então a área fica responsável de estudar, de produzir este material.

Conselheira Yélena Monteiro (AMPID): Lembra a mesa e aos Conselheiros que o Senador Paulo Paim já se dispôs a trabalhar em qualquer frente neste Conselho. Poderia ser uma oportunidade de a gente fazer neste período da nossa agenda propositiva, que tem esta questão de Empréstimo que for uma audiência pública no Senado, seria um acréscimo a mais nesta questão.

Nada mais a transcrever, eu Claudia Americano Dolabella encerro os apontamentos da 69ª Reunião Ordinária do CNDI, realizada em 28 de maio de 2014, em Brasília-DF.

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.